1



Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

486 /2020 PROJETO DE LEI N°

AUTORA: Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis - 2ª Vice Presidente.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE JOVENS EM **PROJETOS** Ε **EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS **DECRETA:**

Art. 1º Os projetos e eventos esportivos e culturais realizados por meio de benefício fiscal deverão reservar em suas contratações de mão de obra, sempre que possível, um mínimo de 10% (dez por cento) a serem preenchidos entre jovens aprendizes e jovens que cumprem ou tenham cumprido medida socioeducativa ou jovens inscritos em projetos esportivos ou culturais da Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer ou da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, desde que cumpram alternativamente ao menos um dos requisitos abaixo:

- I Estejam matriculados, frequentando efetivamente o Ensino Fundamental ou Médio;
- II Sejam oriundos de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família;
- III Apresentem defasagem de série/idade;



2



Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

IV - apresentem algum tipo de deficiência;

V - Estejam em tratamento por uso de drogas; e

VI -Estejam em situação de vulnerabilidade em razão de terem sido

vítimas de violência, exploração sexual e situações análogas.

§1º Do total das vagas reservadas no caput deste artigo, um mínimo de 1/5 (um

quinto) deverá ser destinado aos jovens que cumprem ou tenham cumprido medida

socioeducativa.

§2º Nas vagas destinadas aos jovens inscritos em projetos esportivos ou

culturais, deverá ser priorizada a contratação daqueles cujo projeto esportivo ou

cultural possua pertinência temática com o evento realizado.

§3º Fazem jus ao benefício disposto no "caput" deste artigo, os atletas amadores

vinculados a Federações, mediante convênio entre a Secretaria de Estado de

Juventude, Esporte e Lazer e as referidas Federações.

Art. 2º O Poder Executivo e suas respectivas Secretarias pertinentes ao tema

poderão editar normas complementares visando à regulamentação da presente Lei.

Art. 3º A Secretaria de Estado responsável pela aprovação do projeto esportivo ou

cultural deverá avaliar, no momento de sua análise, a possibilidade de cumprimento

da presente lei, devendo consignar nos autos do respectivo procedimento

administrativo as devidas razões em caso de impossibilidade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



3



Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de outubro de 2020.

Dra. Mayara Pinheiro Reis

Deputada- PP

2º Vice Presidente







Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei prevê reserva para jovens aprendizes e aqueles que cumpriram medida socioeducativa ou estão inscritos em projetos do governo de pelo menos 10% de vagas de emprego em eventos esportivos e culturais realizados no Estado do Amazonas.

A medida valerá para jovens aprendizes, os que cumprem ou tenham cumprido medida socioeducativa e para jovens inscritos em projetos esportivos ou culturais da Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer ou da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Eles deverão cumprir ao menos um dos seguintes requisitos: estarem matriculados no ensino fundamental ou médio; serem de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família; apresentarem defasagem de série no colégio; apresentarem algum tipo de deficiência; estarem em tratamento por uso de drogas ou estejam em situação de vulnerabilidade em razão de terem sido vítimas de violência, exploração sexual ou situações análogas.

Do total das vagas reservadas, um mínimo de 1/5 deverá ser destinada aos jovens que cumprem ou tenham cumprido medida socioeducativa. Nas vagas destinadas aos jovens inscritos em projetos esportivos ou culturais, deverá ser priorizada a contratação daqueles cujo projeto tenha pertinência temática com o evento realizado.

A secretaria de Estado responsável pela aprovação do evento - seja esportivo ou cultural - deverá avaliar a possibilidade do cumprimento desta norma, devendo consignar as devidas razões, caso não seja possível adotar a reserva de vagas. O Poder Executivo regulamentará a norma através de decretos.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de outubro de 2020.





Gabinete Deputada Dra. Mayara Pinheiro Reis

Dra. Mayara Pinheiro Reis Deputada- PP 2º Vice Presidente



